

SOCIAL CARTOGRAPHY: DIALOGUE ON SOCIAL PARTICIPATION AND EDUCATION***CARTOGRAFIA SOCIAL: DIÁLOGOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO**Katia Maria Tavares da Silva ¹**ABSTRACT**

The creation of maps as strategy to strengthen the social participation permeates the Social Cartography, which relies on the availability of information of cartographic production favored by the insertion of technology. In this context, the using of the mapping methodology introduces conceptions of the popular education, focused on qualification with the intent of strengthening social groups. Therefore, we consider that the social cartography is a tool of emancipation, as it allows the construction of values to a citizen's formation. From this understanding, the objective of this article is to highlight subjects that are present on the topic of social cartography and its relation with the popular education and the management of public policies. Highlighting a dialogue between authors to elucidate existing issues on the discussion.

Keywords: Social Cartography. Popular Education. Distance Education.

RESUMO

A construção de mapas como estratégia para fortalecimento da participação social permeia a Cartografia Social, que conta com a disponibilidade de informações da produção cartográfica favorecida pela inserção da tecnologia. Nesse contexto a utilização da metodologia de mapeamento introduz concepções da educação popular, voltada para a capacitação com o intuito de fortalecimento de grupos sociais. Assim, consideramos que a cartografia social é um instrumento de emancipação, pois permite a construção de valores para formação cidadã. A partir desse entendimento o objetivo do artigo é destacar assuntos que estão presentes na temática da cartografia social e sua relação com a educação popular e a gestão de políticas públicas. Evidenciando um diálogo entre autores para elucidar questões presentes nessa discussão.

Palavras-chave: Cartografia social. Educação popular. Educação à distância.

¹ Mestre em Gestão Pública pela UFPE. E-mail: kmariat@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O processo de produção de mapas e a cartografia resultante são instrumentos de controle social registrado na história. A cartografia se torna referência na organização de informações que se apresentam como estratégia para o controle sobre um determinado território. O avanço da tecnologia na produção cartográfica promove a disponibilidade da produção e traz um novo referencial, que é o de potencializar o acesso a informações. Sobre o quadro de desenvolvimento tecnológico no processo de construção cartográfica, Freire e Fernandes mencionam:

O avanço de tais tecnologias tornou possível a ampliação do acesso a cartografia, permitindo finalmente a incursão de novos grupos sociais á ferramenta de estratégica importância para a disputa por territórios. A utilização da produção cartográfica por grupos socialmente vulneráveis desperta grande interesse ás ciências sociais ao revelar possibilidades de controle espacial outrora restrito apenas aos grupos do topo da pirâmide socioeconômica (FREIRE; FERNANDES, 2010, p. 84).

O acesso às informações cartográficas promovidas pela tecnologia na reflexão apresentada por Freire e Fernandes (2010), aponta o acesso à produção como resultado do avanço da tecnologia. Nesse quadro, grupos sociais tomam posse na produção e inserem conhecimentos da comunidade e fortalecem conhecimentos sobre o espaço local. Dessa forma, tais ações fortalecem reivindicações sociais e a participação cidadã. Por outro lado, a produção técnica também recebe influência da demanda social e isto pode ser percebido com o surgimento de recursos cartográficos para uso na construção de mapas comunitários em atividades denominadas de cartografia social.

2. CARTOGRAFIA SOCIAL: CONCEITO E PARTICIPAÇÃO

As discussões sobre produção, acesso e participação social estão inseridas na discussão sobre a cartografia social, que na definição apresentada por Gorostiaga e Tello (2011), refere-se:

La cartografía social es una metodología que busca mejorar nuestra comprensión de las cambiantes formas en que se estructuran campos de conocimiento o de discusión de políticas y prácticas sociales. Dada la creciente diversidad de comunidades discursivas que compiten entre sí formulando argumentos y contra-argumentos, este enfoque resulta sumamente apropiado para brindar una interpretación provisoria de las múltiples visiones existentes sobre la educación y la sociedad (GOROSTIAGA; TELLO, 2011, p. 364).

A cartografia social tomada como instrumento para a formação cidadã é articulada a política, direcionada a discussões que promovem a apropriação de conhecimento para a participação social. Na definição tratada por Gorostiaga e Tello (2011) é destacada a perspectiva de transformação, na medida em que enfatiza a relação entre diferentes visões em uma construção coletiva.

No contexto da cartografia social, o avanço da tecnologia é apontado como promotor do acesso à produção técnica e a informações que munem a sociedade para a construção de práticas políticas necessárias a emancipação. Por outro lado, Harley apud Acselrad(2008, p.10) menciona que “os mapas são essencialmente uma linguagem do poder e não de contestação e a tecnologia da informática reforçou essa concentração”. A reflexão trazida por Acselrad suscita que o avanço da tecnologia está articulado a um contexto econômico e tal entendimento contribui para a discussão sobre o desenvolvimento da produção cartográfica. Sobre a discussão Freire e Fernandes mencionam:

Assim, por exemplo, cabe ao país rico exportador de tecnologias, artificial e falsamente, fornecer ao país pobre uma consciência pronta, “que procura passar por universal e, portanto, irrecusável, quando na verdade nada mais significa do que o invólucro dentro do qual contrabandeia os interesses das classes industriais, e suas facções políticas, da nação” (FREIRE; FERNANDES, 2010, p. 85).

A vinculação econômica e, portanto o objetivo comercial permeia o progresso tecnológico, contudo a disponibilidade de acesso tem promovido efeitos significativos para a participação social, a esse respeito Freire e Fernandes registram que:

O progresso técnico, mesmo motivado pela produção da riqueza capitalista, gerou mercadorias – ferramentas de cartografia que podem

ser manipuladas em microcomputadores – cuja difusão ampla e muitas vezes livre, por meio da internet, têm contraditoriamente aberto oportunidade não irrelevantes para que grupos sociais historicamente mais frágeis consigam produzir conhecimento sobre sua existência, cultura e território que vem lhes permitindo construir uma renovada perspectiva de empoderamento (FREIRE; FERNANDES, 2010, p. 98).

As oportunidades estabelecidas para mudança social, a partir da cartografia social, vão além do uso de ferramentas promovidas pelo avanço tecnológico. A cartografia social é estratégica em relação à perspectiva de participação social e mudanças promovidas pela participação. O entendimento desta questão é apresentado por Sieber apud Acselrad (2008, p. 18) em relação ao uso de Sistemas Geográficos de Informação (SIG), Sieber relata as três principais razões para o interesse no uso destes sistemas:

1º) a maior parte das informações utilizadas na formulação de políticas, seja referente à criminalidade, planejamento de uso de solo, saúde ambiental, conservação de habitat ou provisão de serviços sociais contém um componente espacial; 2º) a ampliação do uso de informações espaciais para todas as partes interessadas leva presumivelmente a uma melhor formulação de políticas; 3º) estas informações politicamente relacionadas podem ser analisadas e visualizadas espacialmente, e o produto resultante – em sua maioria, mapas – pode transmitir ideias de forma persuasiva e convencer as pessoas da importância destas ideias (ACSELRAD, 2008, p. 19).

O uso de sistemas e informações cartográficas são recursos que fortalecem a construção de políticas públicas e fornecem subsídios para que a elaboração tenha a participação da sociedade. Nesse quadro a participação social é promovida pela ampliação de acesso a informação. Contudo, o acesso à informação depende também de ações políticas para efetivação. A discussão sobre o acesso, o avanço tecnológico e participação social devem estar vinculados à discussão política voltada para o desenvolvimento. Fox (2008) compreende a participação relacionada ao engajamento político, inserida como processo de capacitação comunitária:

A participação ajuda a resolver problemas à medida em que abre novos caminhos para os cidadãos levantarem questões. Isto inclui a capacitação, a mudança de relações com os que estão no poder e a promoção de aprendizado, trazendo novas informações e perspectivas.

O mapeamento participativo com base nas comunidades é visto como extensão lógica do repertório de estratégias de capacitação para o fortalecimento das comunidades locais (FOX, 2008, p. 72).

A estratégia neste quadro fortalece a participação política e busca aproximar a linguagem técnica dos conhecimentos construídos pelos grupos participantes. Esse entendimento requer a ruptura com uma técnica centralizada que envolve a produção cartográfica, que consolida a concentração do poder. E assim, o mapeamento realizado nesse processo se torna oportunidade de organização e sistematização dos conhecimentos locais, por exemplo, para um grupo social.

A produção cartográfica na concepção participativa da cartografia social torna-se objeto de transformação à medida que evidencia dinâmicas sociais e promove ações políticas para o desenvolvimento participativo. Para Fox (2008, p. 77) “as comunidades podem planejar melhor a gestão dos seus recursos, acompanhar a implementação de projetos de desenvolvimento e resolver conflitos por recursos no interior de suas comunidades”. O mapeamento neste sentido é um recurso de reconhecimento do espaço local pelas comunidades, pois evidencia os atores e processos necessários ao empoderamento social.

A cartografia social caracterizada como oportunidade de sistematizar conhecimentos para o processo participativo evidencia também conflitos e injustiças inseridos nos grupos sociais. A reflexão de Fox (2008, p. 76) é de que os “atores locais podem escolher estrategicamente adotar ou rejeitar as atividades e tecnologias do mapeamento, ou podem ser constrangidos pelas relações políticas, econômicas e sociais mais amplas a não agir diferentemente”. O mapeamento como processo participativo na discussão de Fox (2008) deve ser fortalecido por políticas de enfrentamento de problemas sociais.

As políticas institucionais de apoio às comunidades para enfrentamento de problemas têm a participação de atores governamentais, ONGs, organismos multilaterais e grupos locais, entre outros, que fornecem subsídios técnico e acadêmico a organização da produção em atividades de mapeamento. Arango (2007) discute sobre o papel das instituições e a contextualização social e menciona que:

La consideración de éstos contextos permite introducir en el análisis del mapa la incidencia de los distintos actores, las técnicas y las herramientas, la intencionalidad del autor y los modos de llevarla a cabo, las agencias financiadoras y sus influencias sobre el mapa, el impacto del público al que se dirige, el estudio comparativo de los demás documentos que se ocupan de entornos espaciales similares y, de manera fundamental, remarca el hecho de que el mapa es un producto cultural, confeccionado en un lugar y un tiempo determinado y al interior de un cierto orden social establecido (ARANJO, 2007, p. 164).

As considerações apresentadas por Aranja (2007) enfatizam a cartografia social relacionada a objetivos estabelecidos por grupos organizadores. Contudo, o processo de produção abordado pelo autor, compreende um caráter dinâmico que envolve os atores do processo, sejam representantes institucionais ou comunidade, e assim se constitui em estratégia para o diálogo e construção de conhecimento.

4. CARTOGRAFIA SOCIAL E EDUCAÇÃO

A metodologia compreendida na cartografia social se insere como processo educativo, com objetivo de fortalecer conhecimentos e se utiliza da técnica do mapeamento para capacitação dos grupos sociais.

A capacitação incluída nesse quadro está vinculada a aprendizagem de recursos da cartografia apropriados à construção de um processo de formação para a cidadania. Nesses termos, a cartografia social é relacionada à educação popular, por reunir objetivos voltados para a construção de uma aprendizagem política. Neste sentido a cartografia social se reveste da educação popular. Na definição sobre a Educação popular tratada pelos autores Freire (1989) e Streck (2010), as considerações contribuem para a discussão da cartografia social:

Entendo a educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. [...] é preciso transformar essa organização do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito [...] Há estreita relação entre escola e vida política. (FREIRE, 1989, p. 19).

A educação popular tem como uma de suas marcas acompanhar o movimento de classes, grupos e setores da sociedade que entendem que o seu lugar na história não corresponde aos níveis de dignidade a que teriam direito. Isso pode significar a reivindicação de espaço na estrutura existente, mas pode também representar o engajamento na luta por rupturas e pela busca de novas possibilidades de organização da vida comum (STRECK, 2010, p. 300).

Os autores destacam o aspecto político que permeia a educação popular e como conhecimento político permeia a educação. A educação popular nas reflexões citadas tem vínculos históricos pautados nas reivindicações pela democratização do ensino. Brandão (1984) menciona que as expressões que se desdobravam a partir de meados dos anos 40 estavam relacionadas a demandas por alfabetização de adultos, alfabetização funcional, educação de adultos, educação fundamental, educação comunitária, educação permanente, educação não-formal, educação de base e educação popular. Para o autor o quadro histórico que retrata as reivindicações recebem influências dos movimentos sociais:

A luta pela escola pública, as sucessivas campanhas pela erradicação do analfabetismo e as experiências de educação de classe entre operários são repertórios de ideias, de propostas e de práticas originadas e conduzidas por movimentos de educação, ou então por setores de movimentos sociais e/ou políticos dedicados á educação, durante as três ou quatro décadas deste século (BRANDÃO, 1984, p. 50).

A vinculação com os movimentos sociais faz surgir nesse contexto um sistema educacional voltado a jovens e adultos, que busca ampliar as atividades pedagógicas associadas aos objetivos de desenvolvimento regional. Brandão menciona que “do ponto de vista individual, as formas sucessivas de uma educação de adultos tinha por objetivo a participação de sujeitos marginalizados em um processo de ‘desmarginalização’”. Na análise de Streck (2010, p. 301) sobre a educação popular e os movimentos sociais é enfatizada que “a educação popular, em sua origem, praticamente se encontra fundida com os movimentos sociais populares. O autor registra que:

A história da educação popular geralmente é contada a partir da década de 1960, que no Brasil coincide com uma forte mobilização

popular na qual se encontrava inserida a educação, em especial a alfabetização de adultos (STRECK, 2010, p. 301).

As análises de Brandão e Streck são colaborativas quando relacionam a educação popular e os movimentos sociais. Na interpretação dos autores a perspectiva de que há uma ação transformadora impulsionada pela educação popular está relacionada aos movimentos sociais.

Na reflexão dos autores citados a educação fornece subsídios para o engajamento político. Por outro lado, a educação é uma reivindicação dos grupos, como direito, para que haja maior participação política. Tal discussão sobre a perspectiva do direito a educação é evidenciada no texto da UNESCO:

Los países han logrado consensos en torno a las acciones necesarias para conseguir una educación de mayor calidad, sin embargo, es preciso avanzar hacia una mayor relación entre calidad y equidad, fortaleciendo la Educación Pública y el rol estratégico del Estado para asegurar la igualdad de oportunidades. En este sentido, es fundamental que en los procesos de descentralización se dote a las escuelas de las condiciones y recursos necesarios para realizar su tarea educativa con la estrecha colaboración de la comunidad (UNESCO apud GOROSTIAGA; TELLO, 2011, p. 373).

As reivindicações pelas reformas e investimentos educacionais emergem como referências da participação social e esta participação é pontuada como aspecto relevante para o desenvolvimento do sistema educacional.

Como exemplo de reivindicações, podemos citar a construção de políticas públicas voltadas para atender os objetivos de democratização do ensino. Nesse contexto, propomos considerações sobre a política pública de Educação a Distância da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Essa política pública apresenta objetivo de democratizar o ensino através da educação à distância. A distribuição espacial dos Polos de ensino a distância ocorrem atendendo a demanda de instituições de ensino superior, e as propostas de polos de apoio presencial, apresentadas por estados e municípios. A proposta dessa política pública é permeada pela discussão geográfica e a análise espacial pode ser potencializada pela cartografia social, a partir do uso e instrumentos para

coleta de informações necessárias ao conhecimento sobre o estabelecimento desta política em âmbito regional.

4.1 Educação a distância: potencialidades para a cartografia social

4.1.1 Apresentação do programa

O programa Universidade Aberta do Brasil, é uma política pública que tem o objetivo de expandir o ensino superior utilizando a metodologia do ensino à distância. Para expansão promove a articulação dos entes federados, municípios, estados e Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A parceria visa atender as demandas locais por ensino superior. Dessa forma, as IFES organizam a formação e os estados e municípios disponibilizam espaços e recursos necessários ao estabelecimento dos cursos. As localidades escolhidas são consideradas estratégicas para a realização dos encontros presenciais e são reconhecidas como polos para funcionamento dos cursos. A regulamentação da Educação a Distância está registrada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e se consolida também com o Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006, que dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), que tem o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas da educação superior no Brasil.

4.2 Espaço e Educação

A cartografia social e a proposta de construção de cidadania não podem ser desvinculadas de um processo de formação relacionada à educação popular, que envolve a capacitação técnica e científica, como está registrado na reflexão de Freire (1989). A formação política que advém desta proposta promove as reivindicações sociais. Dentre as reivindicações a construção de políticas públicas voltadas para a educação é estabelecida para promover mudanças sociais, como, por exemplo, a meta registrada pela UAB em “2009, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, selecionou mais 163 novos polos, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na rede pública da educação básica” (BRASIL, 2014). A análise espacial dessa política pública permeia a própria construção do projeto que vincula o estabelecimento dos Polos a questão espacial e as demandas locais por educação superior.

A análise espacial do programa realizada pela CAPES, é disponibilizada pela base de dados GEOCAPES, através de endereço eletrônico. As informações apresentadas na tabela abaixo são indicadores de avaliação desta política pública e respectivos períodos e o nível de visualização espacial.

Os dados apresentados na tabela 1 correspondem ao ano de 2008 e no momento de redação desse artigo já se evidenciava um intervalo de seis anos. A necessidade de atualização se deve ao estabelecimento de novos Polos de encontro presencial, novos cursos e cadastramento de instituições ofertantes de cursos.

Tabela 1 - Indicadores e o período da série histórica do Programa UAB

Indicador	Período abrangência	Nível de visualização			
		Município	UF	Brasil	Mundo
Articulações de cursos e polos UAB	2008	X	X	X	
Distribuição de cursos UAB	2008		X	X	

Fonte: DED/CAPES/MEC – Universidade Aberta do Brasil adaptados pela autora SILVA, K.M.T. da (2014).

Figura 1- Polos UAB em Pernambuco



Fonte: DED/CAPES/MEC – Universidade Aberta do Brasil

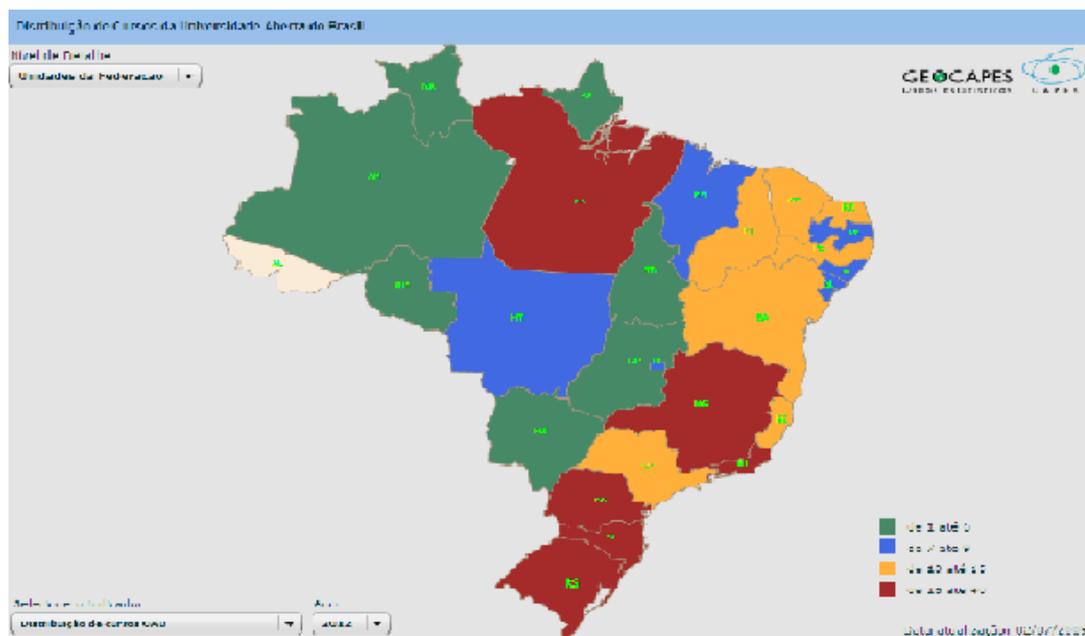
A imagem apresentada na figura 1 identifica os Polos do estado de Pernambuco e a Tabela 2 apresenta a quantidade de cursos e as vagas existentes para os anos de 2007 a 2009. Os dados são dos dez municípios Polos da UAB: Garanhuns, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Olinda, Pesqueira, Recife, Surubim, Tabira e Trindade. No ano de 2007, registram-se os dados dos municípios de Ipojuca e Pesqueira. Em 2009 apenas Jaboatão dos Guararapes não tem dados veiculados pela CAPES.

Tabela 2 – Relação de vagas dos Polos presenciais em Pernambuco
Nome dos polos, número de cursos e vagas no estado de Pernambuco

POLO (MUNICÍPIO)	Nº DE CURSOS	VAGAS 2007	VAGAS 2008	VAGAS 2009	VAGAS TOTAIS
GARANHUNS	7	–	110	470	580
IPOJUCA	9	140	180	288	608
JABOATÃO DOS GUARARAPES	9	–	110	–	110
LIMOEIRO	10	–	90	659	749
OLINDA	5	–	120	310	430
PESQUEIRA	8	100	180	264	544
RECIFE	11	–	170	700	870
SURUBIM	8	–	80	340	420
TABIRA	8	–	70	290	360
TRINDADE	5	–	180	110	290

Fonte: DED/CAPES/MEC – Universidade Aberta do Brasil

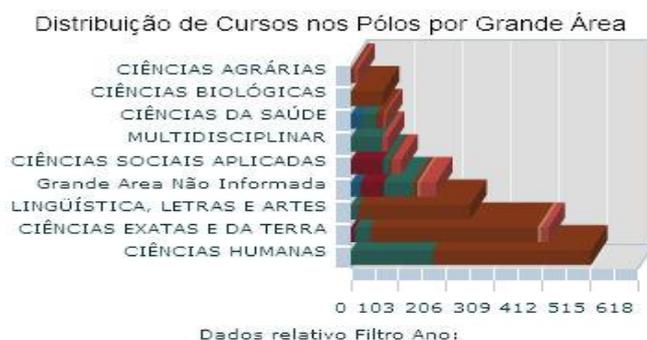
Figura 2 – Articulação de Cursos em Polos UAB: Unidades da Federação



Fonte: DED/CAPES/MEC – Universidade Aberta do Brasil

As unidades federativas são destacadas na figura 2. Os dados veiculados nesta imagem são representativos da quantidade de cursos por unidade federativa. Tomando como exemplo o estado de Pernambuco, a CAPES registra que o estado está relacionado ao grupo de estados que tem entre 29 a 48 cursos em Polos UAB.

Gráfico 1: Distribuição de cursos da UAB por área



Fonte: DED/CAPES/MEC – Universidade Aberta do Brasil

Outro dado veiculado é a distribuição de cursos por área. Sobre estes dados o gráfico 1, mostra que há uma oferta mais expressiva, em relação a quantidade de cursos da área de ciências humanas.

As informações sobre a modalidade dos cursos ofertados são apresentados no gráfico 2, que indica que há uma oferta maior de cursos de licenciaturas, seguidos da oferta de cursos de especialização.

As informações constantes na tabela 1 e 2, nas figuras 1 e 2 e nos gráficos 1, 2 e 3 produzidas pela UAB, destacam indicadores da gestão da política pública de educação à distância. Os dados trazem uma visão de como a educação à distância, está representada entre os estados, a partir dos indicadores de distribuição dos cursos, da modalidade de cursos ofertados e área do conhecimento.

Gráfico 2 – Distribuição de cursos/UAB por modalidade



Fonte: DED/CAPES/MEC – Universidade Aberta do Brasil

A análise referente ao estado de Pernambuco, no gráfico 3, destaca a concentração da oferta cursos entre as modalidades de licenciatura e especialização, mas não apresenta a oferta de cursos na modalidade de aperfeiçoamentos e sequenciais.

Gráfico 3 – Distribuição de cursos/UAB por modalidade para o estado de Pernambuco



Fonte: DED/CAPES/MEC – Universidade Aberta do Brasil

Os dados veiculados são organizados a partir de uma representação espacial, que varia entre a representação total do espaço brasileiro e a distribuição por estado da federação. Por outro lado há lacunas quanto à escala territorial, não aparecendo dados dos vários municípios, onde são estabelecidos os Polos e sobre a regularidade dos dados, há um intervalo de seis anos o que necessitada construção de indicadores de monitoramento para a compreensão mais atualizada.

5. Avaliação de políticas públicas

Os indicadores de políticas pública incorporam vários objetivos, para Jannuzzi e Pasquali (1999) apud Jannuzzi (2002) eles são utilizados para:

- 1-subsidiar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano e planos plurianuais de investimentos;
- 2-avaliar os impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos;
- 3-justificar o repasse de verbas federais para a implementação de programas sociais;
- 4-atender à necessidade de disponibilizar equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos, por exigência legal (para portadores de deficiência, por exemplo) ou por pressão política da sociedade local (melhoria dos serviços de transporte urbano, por exemplo) (JANNUZZI, 2002, p. 52).

O uso de indicadores na formulação e avaliação de políticas públicas é ainda analisado por Januzzi (2002, p. 51) vinculado ao “contexto da democratização política, da descentralização administrativa e tributária em favor dos municípios e da institucionalização do processo de planejamento público em âmbito local pós-Constituição de 1988”. Os indicadores e as informações que são por eles veiculadas fornecem dados que são necessários à transparência da gestão pública e fortalecimento da participação social.

O fortalecimento da participação social influencia a cobrança de responsabilidade da gestão pública no uso apropriado dos recursos públicos. A participação social e o acompanhamento da gestão pública são representativos em relação à análise do impacto social. Jannuzzi (2002), analisa que uma das dificuldades da gestão de políticas públicas é dispor de informações a respeito do processo de sua implementação e do alcance dos resultados e do impacto social. A perspectiva de discussão fortalecida por Jannuzzi (2002) entende que a gestão de políticas públicas necessita da participação de diversos atores, para a avaliação e monitoramento, em uma dinâmica de governança. A discussão sobre governança de acordo com é definida como:

A governança pública, por sua vez, baseia-se em múltiplos arranjos com a participação de diversos atores (estado, terceiro setor, mercado, etc.), no desenvolvimento, na gestão de políticas públicas e no provimento de serviços. Este modelo não diminui a importância do estado, mas qualifica-o com o papel de orquestrador, direcionador estratégico, indutor e fomentador absolutamente essencial para a ativação e orientação das capacidades dos demais atores (BRASIL, 2009).

A governança, a accountability, enfatizam procedimentos, como disponibilização de informações necessárias a participação social e isto reforça um modelo de gestão voltado para o desempenho da gestão pública voltada para o atendimento de demandas sociais.

5.1 Educação a distância

Os dados apresentados pela UAB para a política pública de educação à distância, enfatizam informações relativas à quantidade de Polos presenciais para estabelecimento dos cursos, os municípios que tem polos, quantidade de cursos, instituições que ofertam cursos, no período de 2007 a 2009. Estes dados são demonstrativos da eficácia das metas, contudo a efetividade da política pública e os desdobramentos sociais da formação superior para os municípios não são evidenciados.

A cartografia social como metodologia num contexto da educação popular, pode ser tomada como estratégia para elucidar os impactos sociais de uma política pública. O uso desta metodologia na educação a distância se fortalece pelo objetivo programático da política de democratização do ensino superior, com o objetivo de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas da educação superior no Brasil.

A questão territorial que envolve esta política pública e a participação social converge para a reflexão sobre o conhecimento do espaço local para fortalecimento social.

5.2 Coordenação de Ensino a distância da Universidade Federal de Pernambuco

Consideramos a política de Educação a distância da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como exemplo para a discussão sobre políticas públicas e cartografia social. A Coordenação de Ensino a Distância da UFPE (CEAD/UFPE) é a instância de apoio e promoção de ações relacionadas à Educação a Distância da UFPE. A coordenação oferece cursos na modalidade de graduação, pós-graduação e extensão. Na tabela 2 o quadro de cursos ofertados

Tabela 2 – Cursos à distância ofertados pela UFPE

Graduação	Pós-graduação	Extensão
Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa	Especialização Didático Pedagógica para Educação em Enfermagem	Gênero Diversidade na Escola (GDE)
Licenciatura em Letras - Língua Espanhola	Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP - GER)	-
Licenciatura em Matemática	-	-
Bacharelado em Ciências Contábeis	-	-

Fonte: Dados CEAD/UFPE adaptados pela autora SILVA, K.M.T. da (2014).

Sobre os objetivos do programa e condução da política pública no âmbito da UFPE, a CEAD, menciona:

Propiciar a existência de espaço de reflexão, articulação, formulação e desenvolvimento de ações em Educação a Distância em articulação com as instâncias da Administração Central da UFPE;
 Apoiar ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas em educação a distância no âmbito da UFPE, ampliando seu alcance espacial em consonância com a política de interiorização no Estado e promovendo o desenvolvimento social;
 Contribuir para a participação ativa da UFPE na política de desenvolvimento socioeconômico regional, em parceria com as

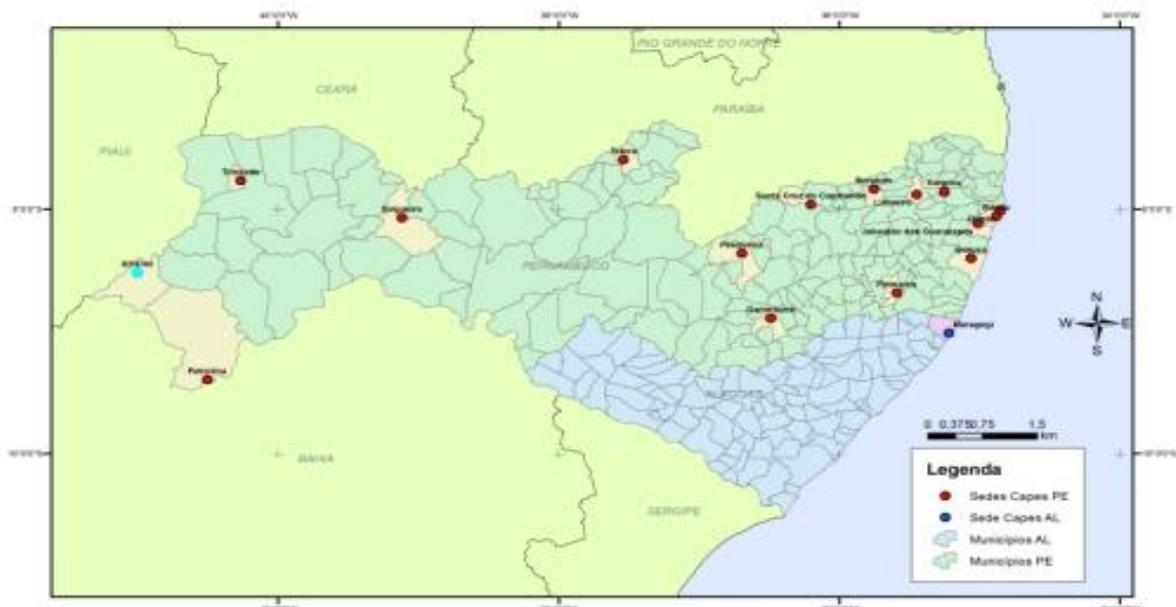
administrações públicas e privadas, procurando reduzir desigualdades regionais (UFPE/CEAD, 2014).

Os objetivos registrados pela CEAD estão relacionados aos objetivos programáticos da política pública de educação à distância. Como mencionamos anteriormente os dados apresentam lacunas quanto a escala territorial, não aparecem dados de todos municípios, nos dados veiculados pela UAB Pernambuco aparece com apenas 10 municípios com Polos de educação a distância. A CEAD registra 17 municípios.

Por outro lado a CEAD registra os municípios Polos, mas não veicula informações sobre aplicação da política pública e a participação da UFPE como instituição ofertante dos cursos à distância.

Os dados para a avaliação de políticas públicas podem ser complementados com a as informações geradas por estatísticas oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dos dados contidos na base de dados do IBGE e o uso do software ArcGIS (Geographic Information System), construímos uma representação territorial atualizada dos polos presenciais do ensino a distância ofertados pela UFPE, que apresentamos a seguir na figura 3.

Figura 3 – Polos presenciais UAB/UFPE



Fonte: Dados do IBGE adaptados pela autora

Os dados apresentados no mapa da figura 3 atualizam os dados dos municípios com presença de polos presenciais de cursos ofertados pela UFPE. Além dos municípios: Garanhuns, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Olinda, Pesqueira, Recife, Surubim, Tabira e Trindade, que são apresentados no site da UAB. Acrescentamos Afrânio, Carpina, Maragogi-Al, Salgueiro, Santa Cruz do Capibaribe, Palmares e Petrolina, que não aparecem na página da UAB.

A construção cartográfica neste exercício evidencia a importância da organização de informações e como a representação cartográfica pode potencializar as interpretações. O processo avaliativo da política pública requer a participação social e neste estudo entendemos que a cartografia social oportuniza a evidência de informações sobre a efetividade da política pública de Educação a distância, como também a oportunidade de exposição dos interesses dos grupos envolvidos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção do mapa como estratégia para a participação na cartografia social envolve a apropriação de conhecimentos e engajamento político. A partir desse entendimento a construção de mapas, não pode ser situada como atividade isolada, pois necessita de outros instrumentos que consolide o processo, como capacitação, fortalecimento através de políticas públicas. Por isto a discussão vincula a estratégia metodológica, a sistematização de conhecimentos e oportunidade de empoderamento social.

Outra questão que deve ser enfatizada é o levantamento de informações e a sistematização dos conhecimentos adquiridos no processo. Para que a Cartografia social seja compreendida como estratégia para a emancipação, ela deve ter objetivos voltados para participação.

A concepção de mapa na cartografia social considera a representação territorial, mas essa concepção é tomada como instrumento de reconstrução do território. Reconstrução que passa pela evidência dos recursos locais, relações sociais e engajamento político. Neste ponto a Cartografia Social é mais que uma metodologia, é

um instrumento ideológico que cria oportunidade de construção de valores para formação cidadã.

A cartografia social e a discussão sobre a capacitação técnica para a produção cartográfica com o objetivo de subsidiar a construção do conhecimento é permeada pela metodologia da educação popular. Entendemos que esta concepção é uma estratégia pela criação de espaço para discussão de questões locais dos grupos envolvidos e também um espaço de formação para a cidadania. Assim, a formação política na cartografia social, viabiliza o acompanhamento da gestão das políticas públicas, fornecendo informações sobre a efetividade e apresentando os interesses dos vários grupos sociais. Tal entendimento é estratégico para a gestão pública, no que se refere ao processo de gestão e avaliação como na capacitação dos grupos socialmente vulneráveis.

A partir deste entendimento a construção de mapas, não pode ser situada como atividade isolada, pois necessita de outros instrumentos que consolide o processo, como capacitação, levantamento de informações e a sistematização dos conhecimentos adquiridos no processo.

A cartografia social e a discussão sobre a capacitação técnica para a produção cartográfica com o objetivo de subsidiar a construção do conhecimento é permeada pela metodologia da educação popular. Entendemos que esta concepção é uma estratégia pela criação de espaço para discussão de questões locais dos grupos envolvidos e também um espaço de formação para a cidadania. Assim, a formação política na cartografia social, viabiliza o acompanhamento da gestão das políticas públicas, fornecendo informações sobre a efetividade ao mesmo tempo em que evidencia os interesses dos vários grupos sociais. Neste entendimento buscamos o exemplo da política pública de educação à distância para demonstrar que questões territoriais relevantes ao estabelecimento e avaliação de impactos de políticas públicas necessitam de evidenciação para o acesso a conhecimentos e fortalecimento social. Dessa forma, a cartografia social é um instrumento estratégico nesse processo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

ARANGO, V. M. El mapa de lo invisible. silencios y gramática del poder en la cartografía1. **Universitas humanística**, n. 63, p. 155-180, 2007. disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=s0120-48072007000100009&script=sci_arttext>. Acesso: 2 jan. 2014.

BRANDÃO, C. R. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior. **Histórico Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/index.php/sobre-a-uab/historico>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Medição do desempenho da gestão e controle para o gerenciamento dos indicadores**. Brasília: GESPÚBLICA, 2009. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/Tecnologias/pasta.2010-05-24.1806203210/guia_indicadores_jun2010.pdf>. Acesso: 02 jan. 2014.

FOX, J. et al. O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008.

FREIRE, N. C. F.; FERNANDES, A. C. de A. Mapas como expressão de poder e legitimação sobre o território: uma breve evolução histórica da cartografia como objeto de interesse de distintos grupos sociais. **Portal da Cartografia**, Londrina v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

FREIRE, P. ; NOGUEIRA, **A teoria e prática em educação popular**. Petropolis, RJ: Vozes, 1989.

GOROSTIAGA, J. M; TELLO, C. G. Globalización y reforma educativa en América Latina: un análisis inter-textual. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a06.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

JANNUZZI, P. de M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p.51-72, jan./fev. 2002.

STRECK, D. R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44 maio/ago. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Coordenação de Ensino a Distância. **Apresentação**. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/cead/>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

* Artigo submetido em 19 de maio de 2014 e aceito para publicação em 7 de agosto de 2014.